

VOTO DE CONGRATULAÇÃO N.º 10/XIII

Por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS erguem e unem a sua voz para condenar todas as formas de violência contra as Mulheres e Raparigas.

A violência doméstica e de género constitui uma grave e intolerável violação dos Direitos Humanos, em Portugal, na Europa e no resto do Mundo.

Unir esforços para a combater tem sido e continuará a ser um propósito e uma prioridade essencial para os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS.

Não toleramos que as Mulheres e Raparigas continuem a ser vítimas de qualquer forma de violência, quer seja doméstica, sexual, ou no caso especial das Raparigas decorrente de casamentos infantis, precoces ou forçados, bem como da mutilação genital feminina.

Por isso, registamos e aplaudimos a Declaração Conjunta sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proferida, ontem em Bruxelas, pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini e os Comissários Europeus: Vera Jourová, Comissária responsável pela Justiça, Consumidores e Igualdade de Género, Neven Mimica, Comissário responsável pela Cooperação Internacional e Desenvolvimento, e Christos Stylianides, Comissário Responsável pela Ajuda Humanitária e Gestão de Crises.

Por isso, registamos e saudamos, muito em particular, os esforços encetados pelo Estado Português e em particular dos XIX e XX Governos Constitucionais para prevenir e erradicar todas as formas de violência contra as Mulheres e Raparigas.

Neste âmbito, destacamos que o Estado Português foi o primeiro país da União Europeia a ratificar a convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada em Istambul, em 5 de Fevereiro de 2013.

Destacamos, também, que desde 2011 aqueles Governos lançaram campanhas nacionais de sensibilização sobre o homicídio conjugal, sobre os impactos negativos nas crianças, filhas de mães vítimas de violência doméstica, e que são expostas a este tipo de violência, campanhas dirigidas a toda a comunidade da CPLP visando alertar para as várias formas de violência sobre as Mulheres e Raparigas, e ao público em geral e especialmente às pessoas mais velhas, no sentido de sensibilizar para a violência exercida sobre as pessoas mais idosas e, finalmente, no corrente ano de 2015, a realização de uma campanha de sensibilização contra a violência no namoro e dirigida especialmente aos/às jovens.

A par destas ações, destacamos as seguintes:

- como consequência da assinatura do Protocolo de colaboração entre a CIG e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP, foram atribuídas, entre 2012 e 2014, 38 habitações a vítimas de violência doméstica;
- também o IEFPP, IP, desde 2012, vem seguindo uma orientação técnica visando o atendimento prioritário às vítimas de violência doméstica, tendo sido atendidas até 31 de Maio pp, 1.446 mulheres e integradas 717 em medidas ativas de emprego e formação e colocadas no mercado trabalho;
- multiplicaram-se as ações de formação destinadas às magistraturas judicial e do Ministério Público, às forças de segurança, aos profissionais de saúde, segurança social e também de formação para habilitação de técnicos de Apoio à Vítima e, finalmente, em 2015 as primeiras ações de formação sobre a intervenção especializada junto de vítimas LGBT dirigidas aos profissionais da rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.

Apesar dos progressos alcançados na sociedade portuguesa, por via destas ações, e registados através de dados oficiais do RASI, o flagelo da violência contra as Mulheres subsiste na nossa sociedade portuguesa e o número das suas vítimas continua a ser inaceitável, designadamente o número de Mulheres vítimas de homicídio perpetrados pelos seus maridos/ex-maridos ou companheiros/ex-companheiros.

Contudo, estão os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP certos que as iniciativas referidas contribuíram decisivamente para um aumento significativo da perceção social e política deste triste fenómeno, o que permitiu que o seu combate recaísse também numa mais eficaz prevenção do mesmo. Apesar destes avanços importantes, os Grupos Parlamentares signatários sabem bem que os números oficiais conhecidos e aqui reportados são sempre dramáticos e exigem que nenhuma força política desista de lutar em prol desta justa causa.

Palácio de S. Bento, 26 de novembro de 2015

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP